

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 27 a 31 de maio, em Brasília.

ATOS PRÓ-GOVERNO DÃO NOVO FÔLEGO A BOLSONARO.

Os atos deste domingo mostraram que **Bolsonaro pode não ser uma unanimidade, mas também não está sozinho**. Após a sequência de crises na relação Governo x Congresso e queda nos índices de aprovação da nova administração, a manifestação desse domingo era tratada como decisiva. Se falhasse, seria tratada como o gatilho para um maior avanço do Congresso sobre o Palácio do Planalto. Na última semana, um grupo de senadores chegou a cogitar inclusive a possibilidade de aprovação de uma reforma política com o fim da reeleição para mandatos do executivo e até um “recall” do mandato presidencial.

Contudo, o bom volume de manifestantes conseguiu pôr panos quentes na questão, por hora. Apesar de não atingir o mesmo patamar de envolvimento das manifestações do dia 15 de maio, que teve como foco a crítica aos cortes na Educação, foram observados manifestantes em ao menos 156 cidades, em 26 estados e no Distrito Federal. O saldo foi positivo para o

Governo, visto que o envolvimento da Esplanada e congressistas na convocação dos atos foi limitado. A estratégia do PSL foi manter o caráter mais espontâneo das manifestações, não trazendo para si o peso de uma eventual derrota e buscando evitar a interpretação de que a ação era confronto direto com o Congresso.

A Reforma da Previdência e o Pacote Anticrime saíram ganhando. Foi importante para os parlamentares verem essas propostas receberem os primeiros sinais de apoio popular. Tal percepção pode garantir uma tramitação mais firme no Congresso Nacional e um maior engajamento dos parlamentares, apoiando a pauta e não o Governo.

O problema continua na insistência em colocar o Congresso como inimigo. Tendo Rodrigo Maia e o Centrão como alvos preferenciais, os manifestantes botaram mais lenha na fogueira da relação entre o Planalto e o Congresso. Para piorar, o próprio presidente Bolsonaro reforçou esse recorte da “população contra a velha política” ao comentar os atos desse domingo.

Destaques da Semana

Terça

- [Votação da MP 870/19 \(Reorganização da Estrutura dos Ministérios\)](#) no Plenário do Senado Federal.

Quinta

- [Audiência Pública para discutir a relevância do Sistema "S"](#) na Câmara dos Deputados.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – Jair Bolsonaro se reuniu nessa segunda (27) com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni e com o ministro das Relações exteriores, Ernesto Araújo, depois seguiu em viagem para São Paulo.

Casa Civil

Agenda do ministro – Onyx Lorenzoni se reuniu com o presidente da

	<p>República, Jair Bolsonaro, com o subchefe de articulação e monitoramento da Casa Civil, Antônio José Barreto de Araújo Júnior e com diversos parlamentares.</p>
<p>MCTIC Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações</p>	<p>Agenda do ministro – Marcos Pontes participa nessa segunda (27) de reunião com o presidente do Conselho de Reitores das universidades Brasileiras (CRUB), se encontrou com Rubens Franco Junior, prefeito da cidade de Araras e participou de audiência com o presidente da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil (ABRAPAC)</p> <p>Agenda Internacional</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Madri (Espanha) – XVII Assembleia Geral da Rede ibero-americana para a Garantia da Qualidade da Educação Superior (RIACES).
<p>MDS Ministério da Cidadania</p>	<p>Agenda Internacional do ministro – Osmar terra viaja para Boston, Estados Unidos, para participar do Fórum de Liderança Ministerial de Harvard e depois segue para Toronto, Canadá, participar de reuniões com autoridades locais.</p>
<p>MD Ministério da Defesa</p>	<p>Agenda Internacional do ministro – Fernando Azevedo se encontra em viagem a Pretória, na África do Sul para participar da posse presidencial, visitar a empresa Denel Aerospace Systems e firmar acordo internacional e depois segue para Luanda, Angola, para participar da XIX Reunião dos Ministros da Defesa dos Países Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.</p>
<p>ME Ministério da Economia</p>	<p>Agenda do ministro – Paulo Guedes se reuniu nessa segunda (27) com o senador Luis Carlos Heize (PP-RS).</p> <p>Agenda Internacional</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Bruxelas (Bélgica) – 20ª Reunião da Assembleia de Parceiros (PA20) da Parceria de Preparação de Mercados (PMR - Partnership for Market Readiness) <p>Balança Comercial – A balança comercial registrou superávit de US\$ 5,192 bilhões na parcial de maio, até este domingo (26). De acordo com o governo, as exportações no período somaram US\$ 17,047 bilhões (alta de 8,9% na comparação com maio de 2018). Nesta comparação, houve aumento nas vendas de produtos manufaturados (+35,2%), semimanufaturados (+20,1%) e queda de 1,9% na exportação de produtos básicos. As importações, ainda segundo o governo, totalizaram US\$ 11,855 bilhões (aumento de 10,4% na mesma comparação). Aumentaram os gastos com adubos e fertilizantes (+38,4%), combustíveis e lubrificantes (+23,7%), equipamentos eletroeletrônicos (+15,6%), químicos orgânicos e inorgânicos (+13,8%) e equipamentos mecânicos (+12,2%).</p>
<p>BACEN Banco Central do Brasil</p>	<p>Agenda do presidente – Roberto Campos Neto se encontra em Salvador no Banco Central de Salvador.</p> <p>Boletim Focus – O mercado financeiro segue reduzindo a estimativa de crescimento da economia este ano. Pela 13ª vez seguida, caiu a projeção para a</p>

<p>BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social</p>	<p>expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país. Desta vez, a estimativa foi reduzida de 1,24% para 1,23%. Para 2020, a projeção foi mantida em 2,50%, assim como para 2021 e 2022. A estimativa de inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi mantida em 4,07% este ano, em 4%, em 2020, e em 3,75%, em 2021 e 2022. A estimativa de inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi mantida em 4,07% este ano, em 4%, em 2020, e em 3,75%, em 2021 e 2022. Para o mercado financeiro, a Selic deve permanecer no seu mínimo histórico de 6,50% ao ano até o fim de 2019. Para o fim de 2020, a projeção permanece em 7,25% ao ano.</p> <p>Agenda do presidente – Joaquim Levy se reuniu nessa segunda (27) com representantes da FGV.</p>
<p>MEC Ministério da Educação</p>	<p>Agenda do ministro – Abraham Weintraub recebeu o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) e se reuniu com alguns parlamentares durante o dia.</p>
<p>MMFDH Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos</p>	<p>Agenda Internacional da ministra – Damares Alves viaja para Buenos Aires, Argentina, para participar da XXXIII Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul.</p>

Poder Legislativo

<p>Congresso Nacional Comissões Mistas</p> <p>Frentes Parlamentares</p>	<p>Na terça (28), está prevista a votação do relatório na Comissão Mista da MPV 875/19 (Auxílio Emergencial Pecuniário para famílias de Brumadinho).</p> <p>Na terça (28), haverá lançamento da Frente Parlamentar Mista em Apoio ao Carvão Mineral, Frente Parlamentar Mista pela Reforma Política e Frente Parlamentar em Defesa das Concessionárias de Energia.</p> <p>Na quarta (29), serão lançadas a Frente Parlamentar da Alimentação e Saúde, Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento Básico e Frente em Defesa da Petrobras.</p>
<p>Câmara dos Deputados Plenário</p>	<p>A pauta da Câmara encontra-se trancada por seis medidas provisórias, que perdem eficácia até o início de junho. Também está pautado o PL 1292/95, que altera a Lei de Licitações.</p> <p>Hoje (27), foi realizada uma palestra sobre "Liberalismo na Prática", com a participação de Douglas Sandri, ex-Secretário do Desenvolvimento Econômico de Lageado (RS).</p>
<p>Senado Federal Plenário</p>	<p>Os senadores devem concentrar os esforços na apreciação da MP 870/19, que reorganiza a estrutura ministerial do governo de Jair Bolsonaro. Outros</p>

destaques da pauta são **SCD 10/18**, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras; e a **PEC 57/16**, que dispõe sobre as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal e questões em matéria tributária (desburocratização).

Temáticas em Pauta nas Comissões

ECONOMIA

Câmara | Comissão Especial | Terça (28)

Subsídios **Votação** – Votação de plano de trabalho; e requerimentos na Comissão Especial para analisar as Concessões de Subsídios Tributários, Financeiros e Creditícios.

Câmara | CDEICS | Quinta (30)

Sistema S **Audiência Pública** – para discutir a relevância do Sistema "S" e os desafios para 2019. Foram convidados, entre outros, o representante de Sesc, Senac e Fecomércio-GO, **Francisco Valdeci de Souza Cavalcante**; o diretor-superintendente do Sesi e diretor-geral do Senai, **Rafael Lucchesi**; e o presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), **Vander Francisco Costa**.

Senado | CDH | Terça (28)

Salário Mínimo **Audiência Pública** – para debater a política de reajuste do salário mínimo. Já estão confirmadas as presenças de Clóvis Scherer, técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese); **Edson Índio**, secretário geral da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora; **Mônica Damous Duailibe**, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait); e **Sandro Jadir Albuquerque**, vice-presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

EDUCAÇÃO

Câmara | CEF Pec 15 | Terça (28)

FUNDEB **Audiência Pública** – Foram convidados, entre outros, o professor e mestre em Educação - Gestão de Políticas Públicas **Carlos Abicalil**; a presidente do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib), **Jaqueline Pasuch**; e o pesquisador do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) **Ricardo Paes de Barros**.

Câmara | CEF Pec 15 | Quinta (30)

Audiência Pública – e votação de requerimentos. Foram convidados, entre outros, a vice-governadora do Ceará, **Izolda Cela**; e o diretor de Estratégia Política do Todos pela Educação, **João Marcelo Borges**.

ORÇAMENTO

Senado | Comissão Especial | Terça (28)

Orçamento Impositivo **Audiência Pública** – para debater propostas relativas ao Orçamento Impositivo. Foram convidados, entre outros, o professor do Uniceub **Eduardo Mendonça**; o professor da FGV **Manoel Pires**; e o presidente da Associação Contas Abertas, **Victorino Ribeiro Coelho**.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Previdência Social

Câmara | Comissão Especial | Terça (28)

Audiência Pública – para debater a aposentadoria das mulheres; e votação de requerimentos. Foram convidados, entre outros, a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro **Denise Lobato Gentil**; a pesquisadora no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) **Joana Mostafá**; e a presidente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), **Solange Paiva Vieira**.

Câmara | Comissão Especial | Quarta (29)

Audiência pública - para debater o regime de capitalização e avaliação atuarial. Foram convidados, entre outros, o professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais **Fabio Zambitte**; o professor do Instituto de Economia da Unicamp **Guilherme Santos Mello**; e o secretário de Previdência do Ministério da Economia, **Leonardo José Rolim Guimarães**.

Câmara | Comissão Especial | Quinta (30)

Audiência Pública – Foram convidados, entre outros, o secretário-especial adjunto de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, **Bruno Bianco Leal**; o diretor de Programa na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, **Felipe Mémolo Portela**; e o presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), **Rudinei Marques**.

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Veículos

Câmara | CVT | Terça (28)

Audiência Pública – Audiência pública para debater a implantação de placa com segurança digital nos veículos (padrão Mercosul). Foram convidados, entre outros, o diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), **Jerry Adriane Dias Rodrigues**; o diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), **Adriano Marcos Furtado**; e a presidente da Associação Nacional dos Departamentos Estaduais de Trânsito, **Larissa Abdalla Brito**.

Câmara | CCTCI | Quarta (29)

Cooperação Brasil-UE

Audiência Pública – para debater os horizontes da cooperação Brasil-União Europeia em Ciência, Tecnologia e Inovação. Foi convidado o chefe do Setor de Pesquisa e Inovação da Delegação da União Europeia no Brasil, **Alejandro Zurita**.

Câmara | CCTCI | Quarta (29)

Empreendedorismo e Inovação

Pauta – Instalação da Subcomissão Especial Empreendedorismo e Inovação

Câmara | CCTCI | Quarta (29)

Biometria

Pauta – Instalação da Subcomissão Especial Biometria e Privacidade.

Câmara | CCTCI | Quinta (30)

Pesquisa

Audiência Pública – Burocracia nas pesquisas de ciência e inovação no País. Foram convidados, entre outros, a professora da Universidade de São Paulo (USP) **Lygia da Veiga Pereira Carramaschi**; o presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e

Tecnológica (Confies), **Fernando Peregrino**; e o procurador-chefe da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), **Carlos Octaviano de Medeiros Manguieira**.

Política

Bolsonaro admite falta de diálogo e propõe pacto com Legislativo e Judiciário. O presidente Jair Bolsonaro reconheceu em entrevista no domingo que precisa conversar mais com as lideranças do Congresso, afirmando ter parte da culpa pela falta de diálogo, e disse que vai propor nesta semana um pacto aos presidentes do Legislativo e do Judiciário para colocar o Brasil no destino que a população quer. Ao comentar a relação com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com quem já teve atritos públicos, Bolsonaro disse que deveriam conversar mais, e afirmou que irá se encontrar nesta semana com o deputado e também com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para alinhar a articulação do governo com o Congresso. Fonte: Reuters

Guedes rechaça "qualquer hipótese" de abandonar projeto de retomada econômica, diz ministério. O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem "total compromisso" com a retomada do crescimento econômico e rechaça "qualquer hipótese" de que possa se afastar desse objetivo, disse o Ministério da Economia em nota de esclarecimento divulgada no fim desta sexta-feira. A nota de esclarecimento se refere a declarações de Guedes de que renunciará ao cargo se a reforma da Previdência pretendida pelo governo virar uma "reforminha". Os comentários foram feitos em entrevista ao site da revista Veja. Guedes disse ainda haver margem de negociação para a economia com a reforma, que pode cair a um mínimo de 800 bilhões de reais. O esclarecimento do ministério veio logo após o presidente Jair Bolsonaro publicar no Twitter que seu "casamento" com Guedes segue mais forte do que nunca. As declarações do ministro despertaram reações entre membros do Congresso. O relator da reforma da Previdência, Samuel Moreira (PSDB-SP), afirmou que não se sente pressionado pelos comentários de Guedes. Já o presidente da comissão especial que analisa a reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, Marcelo Ramos (PL-AM) disse à Reuters que a ameaça do ministro de deixar o cargo foi recado ao governo. Fonte: Reuters

Equipe econômica busca saída para cumprir regra de ouro pediu crédito suplementar de R\$ 248 bi. Sob o risco de não conseguir aval a liberação de R\$ 248,9 bilhões em crédito suplementar, a equipe econômica estuda alternativas para pagar aposentadorias e benefícios sociais sem descumprir a regra de ouro –que impede que o governo se endivida para cobrir despesas correntes. Em março, o governo encaminhou 1 pedido de crédito suplementar de R\$ 248,9 bilhões ao Congresso. Pelo projeto enviado, a captação seria feita com a emissão de títulos do Tesouro. De acordo com informações no jornal O Estado de S. Paulo, os técnicos do governo veem duas opções: aprovar 1 crédito com permissão para empréstimos via emissão de títulos menor, em torno de R\$ 148,9 bilhões, e definir a fonte de financiamento do restante depois. Outra possibilidade seria mudar a LOA 2019 (Lei Orçamentária Anual) para dar maior flexibilidade ao governo na gestão das despesas que ficaram condicionadas. Para isso, o governo poderia aproveitar 1 projeto já em tramitação que permite autorizar o pagamento do bônus para o pente-fino em benefícios do INSS. Depois, bastaria aprovar 1 crédito num valor equivalente à real necessidade de emissão de títulos da dívida para cobrir a insuficiência na regra de ouro. Sem o crédito, o governo não tem fontes no Orçamento para bancar as despesas. Para quitar com recursos obtidos por empréstimo via emissão de títulos da dívida é necessário aval do Congresso, ou seria crime de responsabilidade fiscal –passível de impeachment. Do outro lado, o governo corre risco de dar calote em aposentados. O deputado Hildo Rocha (MDB-MA), relator da proposta do governo, só deve apresentar parecer no início de junho. O congressista pediu uma série de informações para a equipe econômica. Durante participação em audiência pública, o ministro pediu que o Congresso aprove a liberação R\$ 248 bilhões em crédito suplementar. Guedes afirmou que o governo está "se endividando para pagar despesas correntes, inclusive aposentadorias" e está à beira de violar a regra de ouro. Fonte: Poder360

Senadores reclamam de protagonismo da Câmara. Após quase quatro meses desde que deu posse a dois terços da Casa, o Senado ainda não conseguiu encabeçar uma grande pauta nacional. Em um período de fortes embates entre o governo e o Congresso, os senadores ficaram à margem. Nem mesmo a revisão do chamado pacto federativo, anunciada como uma pauta que o Senado tocava enquanto a Câmara vota a reforma da Previdência, terá a Casa como protagonista. Os seis pontos escolhidos por governadores como prioritários para reorganizar a distribuição de recursos entre União, Estados e municípios estão com tramitação mais avançada, só que na Câmara. Na semana passada, a votação de medidas provisórias escancarou o protagonismo da Câmara e colocou os senadores como "carimbadores" das articulações dos deputados. A medida provisória (MP) que abre o setor aéreo para o capital estrangeiro foi enviada ao Senado no último dia da validade e, mesmo com os senadores discordando do texto que saiu da Câmara, aprovaram como estava para evitar que caducasse. O mesmo deve acontecer com a MP da reforma administrativa. Na próxima terça-feira, a medida será analisada pelos senadores sob apelos de não se mexer no texto para evitar que o governo seja obrigado a recriar ministérios. "É muito ruim que esta Casa vá, aos poucos, se

transformando em uma carimbadora da Câmara”, disse o líder do PSDB no Senado, Roberto Rocha (MA). O cenário surpreendeu senadores de primeiro mandato. “Junto com vários colegas estou me sentindo simplesmente um espectador. Todo o protagonismo está na Câmara”, lamentou o senador Oriovisto Guimarães (Pode-PR). Mais experiente, o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), prevê que, até o encaminhamento da reforma da Previdência ao Senado, a Casa não conseguirá protagonismo com outras pautas. Fonte: Estado de S. Paulo

Projetos tentam fazer País melhorar competitividade. O recém-lançado programa do governo federal para melhorar a produtividade e competitividade tem como meta elevar a classificação do Brasil em estudos comparativos com outros países em até 100 posições em quatro anos. O País aparece nas últimas posições em todas as listas divulgadas por diferentes instituições, atrás até de várias nações emergentes. O projeto também coloca como objetivo a redução da taxa de desemprego de mais de 12% da população economicamente ativa para 8,6% em 2022. A “Agenda para produtividade, competitividade e emprego” está sendo discutida com parlamentares, Estados e municípios e traz ações para reduzir barreiras governamentais, entre elas a burocracia que atrapalha os negócios da indústria, do comércio e dos serviços. Também avalia projetos para promover inovação, aprimorar a qualificação da mão de obra, reduzir o desemprego, incentivar a concorrência e a eficiência e elevar a infraestrutura local a patamares internacionais. O secretário especial da Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos da Costa, diz que “não há uma bala de prata”, ou seja, uma solução simples para um problema complexo enfrentado há vários anos pelo País e que tira sua capacidade de competir internacionalmente, além de afastar investidores. Nessa primeira fase do projeto, que trata de medidas para reduzir regulamentações, burocracias e limitações que atrapalham a vida das empresas, Costa está visitando vários Estados e municípios. Segundo ele, o objetivo é incentivar a criação de comitês com participação de associações de lojistas e indústrias, do Sebrae e do poder público para se engajarem na mobilização pela produtividade, competitividade e emprego. Fonte: Estado de S. Paulo

Nome de Doria para chefiar PSDB elogiou Lula, apoiou Bolsonaro e não explica bens. O ex-deputado federal e ex-ministro Bruno Araújo, aposta do governador João Doria (SP) para assumir o PSDB nacional e comandar a tão propagada renovação do partido, é conhecido em Pernambuco como um político tradicional e pragmático. Na reta final do primeiro turno de 2018, naufragando na tentativa de se eleger ao Senado, pulou fora do barco de Geraldo Alckmin (PSDB), mesmo que informalmente, para apoiar, de maneira velada, a candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência da República. Com a mesma desenvoltura, antes de a campanha começar, aproveitou a alta popularidade do ex-presidente Lula no estado para elogiar a maior estrela petista. Chegou a classificá-lo de “presidente excepcional” para Pernambuco, em um momento de acirrada polaridade nacional entre PT e PSDB. Em meio à onda de investigações contra corrupção no país, Araújo chegou a bater panela em discurso na tribuna da Câmara em 2015 contra a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e em apoio à Lava Jato. Depois, teve seu próprio nome e o de pessoas próximas citados em delações de empresários. Ao longo de três mandatos, o tucano elevou em 454% seu patrimônio, já considerando a inflação do período, mas é lacônico nas justificativas sobre o crescimento --não explica eventual origem da renda fora da política, só diz que está tudo declarado no Imposto de Renda. Em 2006, quando se elegeu pela primeira vez deputado federal, cargo com salário hoje de R\$ 33,8 mil mensais, Bruno Araújo declarou à Justiça Eleitoral bens de R\$ 480,48 mil (R\$ 941,68 mil em valor corrigido pelo IPCA). Em 2018, ao disputar a eleição ao Senado, na qual foi derrotado (ficou em 4º lugar), o montante saltou para R\$ 5,21 milhões. Fonte: Folha de S. Paulo

Engajamento de Bolsonaro em manifestações acirra crise com o Congresso. A exaltação feita pelo presidente Jair Bolsonaro das manifestações de rua deste domingo (26) elevou a crise com o Congresso, onde o governo mantém dificuldades para consolidar uma base e de quem depende para avançar pautas como a reforma da Previdência e o pacote anticrime. Nesta semana, Bolsonaro também precisa da aprovação pelo Senado da medida provisória que reduz o número de ministérios do governo. Após embates, ela passou na Câmara, mas expira em 3 de junho se não passar pela outra Casa até lá. Depois de desistir de ir aos atos sob a justificativa de não associar a imagem do governo às passeatas, o presidente passou o dia no Twitter compartilhando vídeos e mandando recados para parlamentares, voltando a associá-los à velha política. Em um dos vídeos compartilhados, um manifestante defendia a CPI da Lava Toga, cujo propósito é investigar ministros de cortes superiores. O gesto de Bolsonaro foi considerado equivocadamente pelo chamado núcleo moderado do Palácio do Planalto. As falas do presidente também irritaram congressistas, alvos dos atos nas ruas, que mais uma vez se sentiram jogados às “feras” --entre eles o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), peça-chave na tramitação da reforma da Previdência. À noite, em entrevista à TV Record, Bolsonaro fez aceno ao Congresso ao pregar diálogo, mas disse que a palavra centrão (grupo informal com cerca de 200 deputados de partidos como PP, DEM, PRB, MDB e Solidariedade) virou um “palavrão”, que parte considerável dos parlamentares não quer se rotulada ao bloco “clientelista” e os cobrou para que se desvinculem. Nas palavras de um assessor presidencial, se um dos objetivos das manifestações era pressionar por uma aprovação célere do regime de mudança das aposentadorias, o efeito prático pode ser o oposto: o atraso como uma forma de retaliação. Fonte: Folha de S. Paulo

Congresso limita ação de Bolsonaro e debate semiparlamentarismo. Seja qual for o resultado das manifestações de rua pró-Bolsonaro deste domingo (26), líderes dos partidos que comandam hoje o Congresso Nacional definiram um pacote de medidas para limitar o raio de ação do presidente da República e tocar por conta própria temas considerados cruciais pelo empresariado e pelo mercado, como as reformas da Previdência e tributária. A avaliação uníssona colhida pela Folha com congressistas é a de que Jair Bolsonaro (PSL) tem demonstrado incapacidade de governar, o que levou ao surgimento de um debate sobre impeachment com apenas cinco meses de gestão e a reativação das discussões sobre a mudança do sistema de governo do presidencialismo para algo próximo ao parlamentarismo. Além de colocar um carimbo próprio no projeto de reforma da Previdência elaborado pelo governo, a Câmara deu a largada na discussão sobre mudanças tributárias ao aprovar nesta semana, na Comissão de Constituição e Justiça, texto assinado pelo líder do MDB, Baleia Rossi (SP). A insatisfação dos congressistas encontra lastro e incentivo no mundo empresarial e financeiro. Isso tem estimulado deputados e senadores a assumirem a linha de frente de ações que, em cenários de pacificação política, seriam capitaneadas pelo Planalto. Fonte: Folha de S. Paulo

Secretário Carlos da Costa se firma como o criador de polêmicas. Há cinco meses no cargo, ele passa mais tempo em São Paulo do que no seu gabinete em Brasília e, nesse período, suas atitudes criaram confusões e desafetos. Em abril, durante uma viagem de Guedes ao exterior, Carlos tentou fazer com que Marcelo Guarany, secretário-executivo que substituiu o ministro interinamente, cancelasse o resultado de um leilão ocorrido ano passado e que definiu uma empresa gestora para o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). Famoso pelas pesquisas relacionadas à biodiversidade da Amazônia, o centro fica na Zona Franca de Manaus, que está sob o guarda-chuva da Sepec. Quem participou das discussões afirma que o secretário explicou ao ministério que a vencedora era uma associação de "petistas". A Abio é uma associação de universidades e centros de pesquisa. O edital era uma recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) como forma de evitar desvios de recursos públicos com pesquisas pelo CBA. Sem gestor próprio, o centro continuará a cargo da Superintendência da Zona Franca de Manaus, hoje comandada pelo coronel da reserva Alfredo Menezes, ligado a Jair Bolsonaro. O centro conta com cerca de R\$ 10 milhões do Orçamento e, partir de agora, fará pesquisas com o intuito de que "virem produtos a serem vendidos". O secretário também causou irritação entre as entidades do Sistema S, com quem o secretário-adjunto, Igor Calvet, vem negociando mudanças na forma de gestão dos recursos. As conversas vinham caminhando bem até que, em busca de mais protagonismo no Congresso, Carlos da Costa decidiu pedir ajuda para o ex-senador Ataídes de Oliveira, autor do livro chamado "A Caixa-preta do Sistema S". Fonte: Folha de S. Paulo

Na parcial até abril, rombo nas contas externas cai 9,2%, e investimentos estrangeiros sobem. A conta de transações correntes registrou um déficit de US\$ 8,225 bilhões nos quatro primeiros meses deste ano, segundo informações divulgadas nesta segunda-feira (27) pelo Banco Central. Com isso, houve pequena melhora nas contas externas frente ao mesmo período de 2018, quando foi registrado um rombo de US\$ 9,062 bilhões. O déficit foi 9,23% menor na parcial deste ano. A conta de transações correntes é formada pela balança comercial (comércio de produtos entre o Brasil e outros países), pelos serviços (adquiridos por brasileiros no exterior) e pelas rendas (remessas de juros, lucros e dividendos do Brasil para o exterior). Trata-se de um dos principais indicadores do setor externo brasileiro. Fonte: G1 Notícias

Atos em apoio ao governo ocorrem em diversas cidades do país. Atos em apoio ao governo de Jair Bolsonaro ocorreram neste domingo (26) em várias cidades do país. Os apoiadores defendem a reforma da Previdência, o pacote anticrime, o porte e posse de armas, além de ministros do governo como o da Justiça, Sergio Moro, e o da Economia, Paulo Guedes. Fonte: Agência Brasil

Líder do PSL no Senado vai tentar insistir em devolver Coaf para Moro. Depois dos protestos de domingo (26), que defenderam a manutenção do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) no Ministério da Justiça e Segurança Pública, o líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP), disse ao blog que vai insistir na sua estratégia de apresentar um destaque para mudar o texto da medida provisória 870, que reestrutura a Esplanada dos Ministérios, e devolver o órgão para Sérgio Moro. Na semana passada, Bolsonaro disse que, em sua avaliação, talvez fosse melhor aprovar a MP 870 do "jeito que ela saiu da Câmara", para evitar riscos de que ela perca validade. A medida provisória da reforma administrativa perde validade no dia 3 de junho. Se os senadores modificarem o texto, aprovando, por exemplo, um destaque mudando a decisão da Câmara de devolver o Coaf para a área econômica, a MP tem de ser submetida novamente a uma nova votação dos deputados. Aí o tempo pode ser curto e ela caducar. O presidente, ao defender a manutenção do resultado da Câmara, destacou que seus aliados precisam entender que não dá para ganhar todas. Na semana passada, partidos do "Centrão", aliados à oposição, aprovaram no plenário da Câmara a retirada do Coaf do controle de Sérgio Moro. Foi uma reação ao ministro da Justiça e uma tentativa de enfraquecê-lo em sua estratégia de tornar a Operação Lava Jato de amplitude nacional. Fonte: G1 Notícias

Para líderes, Bolsonaro estimulou protestos, mas ordem é ignorar e tocar 'agenda de MPs'. A avaliação de parlamentares de diferentes partidos ouvidos pelo blog nesta segunda-feira (27) é a de que o "núcleo duro" do presidente Jair Bolsonaro "estimulou" as manifestações deste domingo (26), em todo país, a favor do governo, às

reformas e contra o chamado "Centrão". No entanto, a ordem dos principais caciques partidários – incluindo a cúpula do Congresso – é ignorar e evitar responder às manifestações, além de não retaliar com a aprovação de medidas contrárias ao governo. A estratégia traçada é focar na agenda das medidas provisórias nesta semana. A 871 cria uma nova estrutura com objetivo de promover um pente-fino nos benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), além de combater fraudes em aposentadorias e pensões. A 868 altera o marco legal do saneamento. O presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tentará um acordo até terça-feira para votar a MP do Saneamento. Se não houver consenso, deputados já discutem um projeto de lei com urgência para o tema. Uma medida provisória tem força de lei quando publicada no "Diário Oficial da União", mas precisa ser votada em 120 dias no Congresso, caso contrário, perde a validade. Deputados têm se queixado, como mostrou o blog na semana passada, do excesso de medidas provisórias editadas pelo Executivo. Para os parlamentares, o governo "dribla" o Congresso ao "governar por MPs" – e a ideia é "limitar" o poder do Planalto, com projeto para reduzir a edição das MPs. Fonte: G1 Notícias

Críticas ao 'Centrão' nas manifestações causam mal-estar entre parlamentares. O governo foi alertado de que as críticas ao "Centrão" nas manifestações deste domingo – favoráveis ao governo – causaram forte mal-estar entre parlamentares desses partidos. E que o Palácio do Planalto deveria fazer um gesto para tentar diminuir esse desconforto. Principalmente, num momento em que o governo precisa dessas legendas para votar pautas no Congresso Nacional, inclusive, a reforma da Previdência. Parlamentares reconhecem isso aumenta o desgaste na relação entre o Planalto e o Congresso. A avaliação de líderes do "Centrão" ouvidos pelo blog é que o presidente Jair Bolsonaro tem dado sinais trocados. Ao mesmo tempo que aconselhou antes que seus ministros não participassem das manifestações, Bolsonaro chegou a dizer num culto evangélico que a manifestação foi um recado contra "as velhas práticas". Depois, em entrevista, disse que tanto os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), como do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), querem tocar adiante propostas como a reforma da Previdência e o pacote anticrime apresentado pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. A avaliação de parlamentares e integrantes do governo é que as manifestações tiveram capilaridade em várias cidades do país, principalmente por ser domingo. Mas entre os congressistas, há o reconhecimento que o tamanho do evento não foi capaz de emparedar o Legislativo. "Uma coisa é a mobilização nas redes sociais, inclusive com o apoio dos 'robôs'. Outra coisa é a mobilização das pessoas nas ruas. Os tamanhos são diferentes", disse ao blog um dos líderes do "Centrão". Fonte: G1 Notícias

Ministro Augusto Heleno diz que manifestações são 'significativas' e 'nada desprezíveis'. O ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, afirmou que as manifestações de hoje pelo país estão com um "número significativo" e "nada desprezível" de pessoas nas ruas. Questionado pelo blog se a Abin (Agência Brasileira de Inteligência), que está subordinada a ele, já tinha números sobre o comparecimento nos atos, Heleno disse que não e que geralmente essas estimativas são muito "mal calculadas". Mas afirmou que viu imagens dos atos e que havia "muita gente". Desde que as manifestações foram convocadas como resposta aos protestos contra os cortes na área da educação, aliados do presidente passaram a se preocupar com as eventuais repercussões dos atos para a imagem presidente Jair Bolsonaro. A leitura mais comum no Palácio do Planalto foi a de que as manifestações seriam um tiro no pé. Se muito fortes, passariam a imagem de que o Planalto apoia pautas antidemocráticas, já que parte da convocação defendia o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal. Se fracas, mostrariam baixa popularidade do presidente, num momento em que ele perdeu aprovação nas pesquisas. O entorno de Bolsonaro, principalmente os militares, passaram a defender então que o presidente se descolasse dos atos. Bolsonaro passou então a dizer que não iria às manifestações e orientou os integrantes do governo a fazer o mesmo. Na quinta-feira passada, disse que aqueles que defendiam o fechamento do Congresso e do STF "estavam na manifestação errada". Fonte: G1 Notícias

Bolsonaro diz que manifestação é 'recado àqueles que teimam com velhas práticas'. O presidente Jair Bolsonaro disse na manhã deste domingo (26) que as manifestações pró-governo em várias cidades pelo país são um "recado" aos que "teimam com velhas práticas" e, segundo afirmou, não permitem que o "povo se liberte". As declarações foram dadas durante culto na Igreja Atitude, no Recreio dos Bandeirantes, na Zona Oeste do Rio. Na cerimônia, o presidente subiu ao altar ao lado da mulher, a primeira-dama Michelle Bolsonaro, para receber a bênção do pastor. Bolsonaro viajou para o Rio na sexta-feira em razão do casamento de um dos filhos, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-RJ). Por volta das 14h30 ele e a primeira-dama deixaram a igreja. Ele tinha embarque para Brasília previsto para a tarde deste domingo. Em um pronunciamento durante o culto, o presidente disse que a manifestação era "espontânea", tinha pauta definida e respeitou leis e instituições. Fonte: G1 Notícias

Depois de rompimento, Maia e líder do governo se encontram e falam em página virada. Após o rompimento anunciado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ele o líder do governo na Casa, deputado Major Vítor Hugo (PSL-GO), se encontraram na quinta-feira (23), numa espécie de reconciliação, informa o repórter Nilson Klava, da GloboNews. O encontro foi na residência oficial da Câmara. A reunião foi organizado pela deputada Carla Zambelli (PSL-SP). Durante a conversa, o presidente da Câmara disse que vai voltar a convidar Vítor Hugo para as reuniões na residência oficial. O líder do governo na Câmara vinha criticando o fato de Maia promover reuniões fechadas na residência, com poucos líderes. Maia disse que tinha cortado relações com o líder depois que ele compartilhou, em março, uma charge sugerindo que para negociar com o Congresso era necessário um saco de

dinheiro. Problemas superados, segundo o líder. “Está tudo resolvido. Vamos trabalhar juntos para as pautas de interesse do país”, afirmou Vítor Hugo. Fonte: G1 Notícias

Governo estuda medidas para desburocratizar contratações, diz secretário da Previdência. O governo estuda medidas para desburocratizar as contratações em meio à alta do desemprego, segundo o secretário especial da Previdência, Rogério Marinho. O secretário não explicitou quais seriam essas medidas. Questionado se poderá haver retrocessos em direitos trabalhistas, ele negou a possibilidade de infringir a Constituição, mas reforçou que o empresário precisa ser “bem tratado”. “Quem gera emprego é o empreendedor, do vendedor de pipoca ao cara que tem um sorvete, um cachorro-quente, ao proprietário de uma grande empresa. Esse precisa ser bem tratado, porque é ele quem gira a economia nesse país”, defendeu. Marinho disse que passará o final de semana no Rio de Janeiro para tocar uma agenda paralela à previdência, com foco na geração de empregos. Neste sábado (25), ele se encontra com empresários da indústria e outros setores para discutir as demandas. “Não é possível mantermos a situação em que nós estamos inseridos, onde não há segurança jurídica e previsibilidade para quem quer empregar”, afirmou. Fonte: G1 Notícias

Lula pede ao PDT apoio para reforçar movimentos nas ruas. O ex-presidente Lula da Silva, condenado por corrupção e preso em Curitiba, continua atuando politicamente da cadeia em duas frentes de olho nas ruas. Enquanto elabora a rota de Fernando Haddad (PT) para a Caravana ‘Lula Livre’, pediu a Carlos Lupi, presidente do PDT – que o visitou há dias – que faça gestões junto a instituições. Lula pediu a Lupi que promova encontros com diferentes setores da sociedade para que participem de mobilização “em defesa da soberania nacional”. “Vou marcar reuniões com ministros do STF, representantes da CNBB, OAB, centrais sindicais, empresários, professores e estudantes”, diz Lupi à Coluna. A mobilização, na visão do líder petista, é pela Petrobras e pelos investimentos em educação. Vale ressaltar que Lula, quando presidente já chegou a bloquear até R\$ 10 bilhões do setor. E não houve a gritaria de hoje. Surfava na popularidade. Fonte: DCI

Poder Judiciário

STF avalia dividir fundo bilionário da Petrobras com outras áreas além da Educação. Os mais de R\$ 2,5 bilhões que a Petrobras deverá aplicar no Brasil como reparação por fraudes na estatal terão uma parcela destinada para a Educação, segundo fontes do Supremo Tribunal Federal (STF). Conforme o blog apurou, no entanto, nem toda a quantia deverá ser destinada para a pasta. O recurso também deve ser dividido entre saúde e segurança, indicam técnicos que estudam o caso. Na semana passada, durante café com jornalistas, o presidente Jair Bolsonaro reafirmou contar com o dinheiro da multa para contrapor o corte na educação. O governo tem a intenção de destinar “grande parte ou todo o valor da multa da Petrobras acordada com a Lava Jato ao Ministério da Educação”, como também declarou o presidente em uma rede social. Mas o STF pode decidir pela divisão deste valor, segundo fontes da Corte. O relator do caso é o ministro Alexandre de Moraes. Fonte: G1 Notícias

Previdência

Relator da reforma da Previdência reafirma meta de economizar mais de R\$ 1 tri em dez anos. O relator da reforma da Previdência, deputado Samuel Moreira (PDSB-SP), minimizou declarações do ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre o risco de o Congresso aprovar alterações na reforma da Previdência (PEC 6/19) que representem diminuição da economia prevista pelo governo, que seria superior a R\$ 1,2 trilhão em dez anos. Em entrevista à revista Veja, Guedes chegou a dizer que renunciaria se a proposta virasse uma “reforminha”. Moreira afirmou que a declaração do ministro não influencia em nada seu trabalho e não contamina a discussão do tema. “Sempre tivemos a meta de mais de R\$ 1 tri de economia, por convicção. Coincidiu com a meta do governo, porque faz sentido, é coerente. Vou continuar perseguindo essa meta porque é importante para o equilíbrio das contas públicas”, destacou. O relator acrescentou que não se sente pressionado a aprovar a reforma exatamente como foi encaminhada pelo Executivo. “E tenho certeza de que os deputados também não se sentem pressionados. São poderes independentes, que devem ter harmonia”, disse. “Haverá alterações no projeto, sim, e vamos encaminhá-las ao País. A reforma não é do Paulo Guedes, do Samuel ou do Rodrigo Maia, a reforma é do Brasil.”. Fonte: Agência Câmara

Apoio à reforma da Previdência em manifestações anima equipe econômica. Terminado o dia de protesto pró-governo Bolsonaro neste domingo (26), o ministro da Economia, Paulo Guedes, fez a seguinte avaliação a interlocutores sobre o balanço das manifestações. “Nunca vimos isso antes, o povo nas ruas apoiando a reforma da Previdência”, avaliou ele reservadamente. Ou seja, para a equipe econômica o saldo do dia de protestos foi até positivo, colocando na pauta das ruas um tema sempre visto como muito impopular e de difícil votação dentro do Congresso Nacional pelos desgastes que pode impor. Esse lado das manifestações animou a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes. Por outro lado, seus assessores avaliam que agora é hora de fazer um trabalho para curar as feridas dos

ataques das ruas ao Congresso, principalmente ao "Centrão" e ao presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), porque o governo depende deles para aprovar suas medidas. O momento, dizem interlocutores de Paulo Guedes, é de os dois lados baixarem as guardas e se entenderem em nome de uma agenda de trabalho pela recuperação econômica. É a mesma visão da ala mais moderada do Palácio do Planalto e também de aliados de Rodrigo Maia. Tudo vai depender, admitem os dois lados, da postura do presidente da República, Jair Bolsonaro, daqui para a frente. Depois dos protestos, ele mostrou certa força para ter nas ruas quem o defendia, mas não foi no número imaginado e desejado por seus assessores mais próximos. Na disputa com estudantes e oposição, seu grupo ficou atrás, não muito, mas ficou. Para lideranças no Congresso, se o Planalto avaliou que as ruas mandaram uma mensagem ao Congresso, também enviou outra ao governo. De que ele tem apoio nas ruas, mas está muito longe de ser majoritário. E que, por isso, o governo precisa também fazer seu aceno de paz e trabalhar pela conciliação, em nome da aprovação de uma agenda de recuperação econômica. Sem ela, o presidente pode perder força até entre aqueles que o defendem. Na semana passada, antes das manifestações, por sinal, Bolsonaro teve uma reunião reservada com aliados no Congresso, na qual prometeu mudar seu relacionamento com o Congresso. Foi, segundo participantes, uma "conversa franca", na qual o presidente realmente teria se mostrado disposto a mudar. Agora, dizem os interlocutores do presidente, é conferir se desta vez ele cumpre o prometido. Fonte: G1 Notícias

Secretário da Previdência explica capitalização em palestras pelo País. O secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, roda o Brasil em encontros com políticos alinhados com o Governo, e da oposição, para esclarecer o sistema de capitalização proposto na PEC da Previdência. A resistência, observa Rolim, se deve ao desconhecimento de que hoje o Brasil já tem sistemas de capitalização. "Todos os regimes previdenciários de municípios a partir de 2004 são capitalizados, com benefício definido. E isso funciona muito bem", resume. Outro ponto rebatido por Rolim é de que a capitalização extingiria o modelo vigente, de repartição simples. "Os dois vão se manter em paralelo. Ele é voltado apenas para os novos trabalhadores". Fonte: DCI

Último Foco

Governo abre consulta pública sobre nova legislação para startups. O governo federal abriu consulta pública com o intuito de conhecer a opinião de interessados e receber sugestões para nova legislação voltada às startups – nome dado a pequenas empresas de tecnologia com viés inovador, que fornecem serviços à sociedade em diversas áreas. O objetivo da consulta pública é subsidiar a elaboração de um novo marco legal para o setor, que abrange conjunto de normas formado não somente por uma lei ordinária, mas também por outras modalidades de regras, como decretos, portarias e instruções normativas que afetam o ambiente de negócios para essas firmas de tecnologia. Um questionário foi criado para receber as contribuições dos cidadãos sobre a proposta em construção. A sondagem está acessível no site www.StartupPoint.gov.br. As sugestões podem ser enviadas até o dia 23 de junho. O instrumento vai subsidiar a elaboração de normas. A primeira pergunta do questionário indaga sobre a necessidade de estabelecer definição na legislação para o termo "startup". O texto da consulta lembra que há conceitos diversos, alguns focando o caráter inovador dessas companhias e outros destacando a emergência de novos modelos de negócio. A consulta levanta opinião sobre que critérios caracterizariam uma startup, passando por número de funcionários, depósito de patentes, enquadramento societário, grau de uso de tecnologia, nível de ineditismo em modelos de negócios e comercialização de serviço inovador. Ainda faz parte do conjunto de perguntas do questionário a indicação de quais benefícios tributários essas empresas deveriam possuir, bem como obrigações de investimentos. A consulta traz propostas de leis e outras normas sobre temas como responsabilidade solidária em caso de fechamento e instrumentos de fomento à Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação. Fonte: Agência Brasil

Novas regras para postes devem sair até dezembro de 2020. A revisão do regulamento para compartilhamento de postes (Resolução Conjunta nº4) iniciada pela Anatel e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve resultar na publicação de uma nova versão da norma até dezembro do ano que vem, afirmou representante da reguladora do setor elétrico que participou do terceiro dia do Painel Telebrasil, encerrado nesta quinta-feira, 23. Gerente de monitoramento da relação entre prestadoras na Anatel, Fábio Casotti revelou que a tomada de subsídios já resultou em alguns dados preliminares que dimensionam a necessidade de reordenamento da infraestrutura aérea no País. "Temos 46 milhões de postes e em aproximação que fizemos, identificamos algo como 9 milhões expostos além da capacidade formal". Deste total, 2,9 milhões estão no Estado de São Paulo e cerca de 1 milhão, em Minas Gerais. "É algo preliminar, mas se faço avaliação do custo de organização de R\$ 1 mil ou R\$ 2 mil por poste, seriam R\$ 10 bilhões ou R\$ 20 bilhões [para reordenar toda a rede aérea nacional]", estimou Casotti. Diante dos valores, considerados impraticáveis, os reguladores avaliam alternativas para financiar a empreitada. Possibilidade ventilada nos últimos meses, a internalização pelas distribuidoras dos valores pagos pelas teles para uso da infraestrutura pode até ser endereçada durante a revisão em curso, mas exigiria procedimento paralelo de regulação tarifária pela Aneel, observa Rossi. O montante pago pelas teles pelo uso dos postes rondou R\$ 1,2 bilhão em 2018, sendo 60% do valor destinado à modicidade tarifária de energia elétrica e 40%, internalizado pelas distribuidoras. O montante de aluguéis recebido só

não é maior porque "85% das distribuidoras faturam menos que 25% dos seus pontos", segundo Rossi, da Aneel. Uma das poucas exceções é a Enel, que fatura o uso de 63% dos postes. Para o sócio-diretor de regulação em telecomunicações da KPMG, Marcelo Ribeiro, um dos pontos necessários para um reordenamento efetivo da infraestrutura aérea é a "racionalização" do preço referência pago pelas teles – hoje fixado em R\$ 4,06 por poste, ainda que nem sempre seguido. Segundo Ribeiro, o ideal é que o modelo atual – baseado no preço referência e na contribuição para a modicidade tarifária – fosse substituído por outro que considerasse o custo efetivo da manutenção da infraestrutura pela distribuidora. Fonte: Teletime

Senasp recebe documento oficial da Interpol para estabelecer e promover parâmetros confiáveis em laboratórios na investigação de crimes cibernéticos. O secretário Nacional de Segurança Pública, Guilherme Theophilo, prestigiou em São Paulo, na sexta-feira (24), a II edição da Conferência Internacional de Ciências Forenses, a InterFORENSICS, considerada a maior reunião de especialistas da área na América Latina. Na ocasião, juntamente com demais autoridades de instituições nacionais e internacionais, o secretário recebeu documento oficial da Interpol, intitulado de "Global Guidelines for Digital Forensics Laboratories", que tem como objetivo estabelecer parâmetros mínimos e confiáveis em laboratórios na investigação de crimes cibernéticos no Brasil. Fonte: ASCOM - MJSP

Governo Federal lança projeto-piloto do Documento Eletrônico de Transporte (DT-e). O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, lançou, na segunda-feira (27), no Espírito Santo, o projeto-piloto do Documento Eletrônico de Transporte (DT-e). A nova tecnologia, que será implantada em fase de testes pelos próximos meses, permitirá a unificação de cerca de 20 documentos que são exigidos para operações de transporte de carga no país. A iniciativa faz parte de uma série de medidas de desburocratização e de melhorias no processo de fiscalização que estão sendo desenvolvidas pelo Governo Federal. O documento vai simplificar procedimentos administrativos para evitar as longas filas e acabar com o tempo de parada nos postos de pesagem, nas operações de fiscalização e em procedimentos burocráticos, que hoje somam uma espera de 6 horas em média. Fonte: ASCOM - MI

Chega ao Congresso Nacional texto do Acordo da Base de Alcântara entre Brasil e EUA. O Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional na sexta-feira (24) o texto do Acordo entre o Brasil e o Governo dos Estados Unidos sobre a Base de Alcântara, localizada no Maranhão. O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) foi assinado em Washington março deste ano, em visita oficial do presidente da República, Jair Bolsonaro ao presidente americano, Donald Trump. O Acordo é um instrumento estabelecido entre dois países, em que estes se comprometem a proteger as tecnologias das partes. Além de uma declaração de confiança, é uma condição obrigatória para o uso do Centro Espacial de Alcântara (CEA) como base de lançamento de objetos espaciais. Fonte: ASCOM - MCTIC